

Crianças e quilombos no sertão nordestino: uma análise sobre as infâncias que (re)existem**ARTIGO**

1

Roseane Abreu Ferreiraⁱ 

Universidade Estadual de Alagoas, Santana do Ipanema, AL, Brasil

Maria do Socorro Barbosa Macedoⁱⁱ 

Universidade Estadual de Alagoas, Santana do Ipanema, AL, Brasil

Resumo

O artigo apresenta e discute conceitos que enaltecem a pauta da infância negra e quilombola, do racismo estrutural e da decolonialidade. A ancoragem nos estudos das infâncias e, com relevo para as produções científicas dos campos da Sociologia da Infância, Geografia da Infância e Antropologia da Criança, objetiva-se compreender como as crianças quilombolas do sertão alagoano produzem seus modos de vida e constroem suas infâncias em contextos atravessados pelo racismo e seus múltiplos desdobramentos. Com base no estado do conhecimento e dialogando com autores como Arroyo (2014, 2018), Dussel (2005), Quijano (2005), Akotirene (2019), Lopes (2006, 2008), Nogueira e Alves (2019), propõe-se uma investigação que opere com discursos e denote a construção de um objeto capaz de evidenciar particularidades das culturas infantis quilombolas e sertanejas, expressas nos saberes e práticas compartilhadas entre seus pares e em outros encontros intergeracionais na(s) comunidade(s). Por fim, as aproximações que emergem da revisão apontam a necessidade de amplificar as pesquisas voltadas para esse grupo específico, fomentando um debate que considere e aprofunde as experiências de ser/viver as infâncias nos territórios quilombolas de Alagoas.

Palavras-chave: Infância quilombola. Crianças. Racismo Estrutural. Alagoas.

Children and Quilombos in the Northeastern Backlands: An Analysis of the Childhoods that (Re)Exist**Abstract**

This article discusses concepts such as black and quilombola childhood, structural racism and decoloniality, based on childhood studies, with an emphasis on scientific productions in the areas of Sociology of Childhood, Geography of Childhood and Anthropology of Childhood, among others. The objective is to explore the ways of life and production of quilombola childhoods in the backlands, through a bibliographic review that includes authors such as Arroyo (2014, 2018), Dussel (2005), Quijano (2005), Akotirene (2019), Lopes (2006, 2008), Nogueira and Alves (2019). The analysis reveals cultural particularities of quilombola childhoods, bordered by the knowledge and practices of children in interaction with adults and elderly people from quilombola communities. Furthermore, the research shows the need to expand studies aimed at this specific group, contributing to a deeper

understanding of quilombola childhoods in the context of Alagoas.

Keywords: Quilombola childhood. Children. Structural racism. Alagoas.

1 Primeiras palavras

2

Não podemos falar da existência de uma única cultura própria das crianças, mas sim de culturas infantis, caracterizando desse modo a pluralidade que lhes é inerente. Essa pluralidade se estabelece no entrelaçamento da produção da infância e da produção do lugar. Toda criança é criança de um lugar. Do mesmo modo, toda criança é criança em algum lugar (Lopes e Vasconcellos, 2006, p. 110).

O campo multidisciplinar dos estudos da infância vem se constituindo de forma imperiosa para o entendimento/aproximação das crianças e das diferentes formas de viver suas infâncias. Esses estudos são guiados por áreas como Antropologia, Sociologia, Psicologia, Filosofia, Geografia e outras, privilegiando as vozes infantis e adotando abordagens inovadoras para a realização de pesquisas com crianças nas Ciências Humanas e Sociais (Ferreira; Macêdo, 2021).

No entanto, apesar dos avanços nas discussões sobre a infância, ainda persistem armadilhas herdadas do pensamento científico-positivista moderno, que orienta uma parte significativa das pesquisas realizadas nas universidades do Brasil e do mundo. Tais armadilhas se manifestam, sobretudo, na tendência de homogeneizar a experiência infantil, reduzindo-a a uma concepção única e universal. Conforme analisam Damião et al. (2020), esse modelo dominante constrói a ideia de infância a partir de referenciais eurocêntricos, ancorados em representações de crianças brancas, de classe média, oriundas de contextos europeus e estadunidenses. Essa perspectiva, ao definir a infância como um período linear, uniforme e descolado das condições históricas, sociais, raciais e territoriais, termina por silenciar e marginalizar outras infâncias, como quilombolas, indígenas, ribeirinhas, rurais e periféricas, que escapam a esse padrão normativo. Dessa forma, a crítica a esse modelo não é apenas epistemológica, mas também política, pois revela como o conhecimento produzido pode reforçar desigualdades e invisibilizar modos diversos de ser criança.

Na sociedade brasileira, é comum observar que os meios de comunicação, como a mídia, a música, o cinema e a literatura, veiculam uma representação de meninas e

meninos negros que contrasta profundamente com as imagens idealizadas de infância na sociedade contemporânea. Desde cedo, as crianças negras são retratadas por meio de estereótipos e expressões que associam sua existência ao escárnio, à demonização, ao repulsivo e à desvalorização. Essas representações não apenas reforçam preconceitos estruturais, mas também contribuem para a negação da diversidade e da riqueza das vivências das infâncias negras, além de perpetuar desigualdades históricas e sociais (Santiago, 2022)¹.

Ainda há, contudo, um número reduzido de pesquisas que colocam as crianças quilombolas como principais participantes e coautoras, ou seja, pesquisas *com* crianças dentro e fora dos espaços escolares. Desse modo, há uma lacuna nas investigações que tenham como aspectos os modos de vida das crianças quilombolas, suas vivências/experiências de infância nesses territórios, as interfaces do racismo em suas trajetórias, os processos de socialização infantil no território, os brinquedos e brincadeiras e a rica cultura infantil quilombola, entrelaçados com a cultura do lugar, as identidades, as gerações e a ancestralidade. Esse vazio evidencia a necessidade de ampliar os estudos voltados para esse grupo específico, de modo a contribuir para um entendimento mais apurado das crianças e suas infâncias nos quilombolas no território alagoano.

Essas influências trazem à tona problemáticas que permitem desvendar narrativas ocultas ou identificar elementos que naturalizam o sertão alagoano e as crianças quilombolas. Ao mesmo tempo, revelam discursos explícitos e implícitos que atravessam as relações sociais em uma sociedade hierarquizada. Tais relações classificam os atores sociais – em especial, as crianças e suas infâncias – e são moldadas pelos tempos e espaços específicos do sertão alagoano.

Neste artigo, objetiva-se analisar como as crianças quilombolas do sertão alagoano produzem seus modos de vida e constroem suas infâncias em contextos atravessados pelo racismo estrutural, com base em uma revisão bibliográfica fundamentada em autores(as) que discutem infância, criança negra, colonialidade e

¹ Discussão produzida por Viviane Santiago, no site da Geledés. Infância negra uma (re)construção necessária. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/infancia-negra-uma-reconstrucao-necessaria>.

relações étnico-raciais – Arroyo (2014, 2018), Dussel (2005), Quijano (2005), Akotirene (2019), Lopes (2006, 2008), Nogueira e Alves (2019), entre outros. Com isso, o estudo se sustenta por meio de tais inquietações: *De que forma as concepções hegemônicas de infância, historicamente construídas a partir de referenciais eurocêntricos, coloniais e universalizantes, influenciam a forma como as infâncias quilombolas do sertão alagoano são representadas na produção acadêmica? Quais são os modos de vida, saberes e práticas culturais das crianças quilombolas que evidenciam sua resistência a essas lógicas excludentes? Como o racismo estrutural atravessa suas experiências cotidianas, (re)produzindo a construção de suas infâncias?*

A partir desse cenário, consideramos a relevância do estudo ao problematizar as concepções de infância e de criança que ainda são atravessadas por referenciais eurocêntricos, coloniais e universalizantes, os quais negam a diversidade de saberes, práticas e modos das crianças quilombolas.

Nesse sentido, o artigo se estrutura na primeira subseção, revelando as considerações metodológicas que orientaram a investigação. Em seguida, na segunda e na terceira subseções, desenvolvemos uma análise crítica de como a imagem da criança e a concepção de infância foram historicamente construídas a partir de campos de conhecimento positivistas e iluministas. Por fim, na quarta subseção, voltamo-nos ao foco central da pesquisa: a análise das produções científicas que têm como principais participantes as crianças negras/quilombolas do estado de Alagoas, destacando avanços, silenciamentos e lacunas ainda presentes nesse campo de estudos.

2 Metodologia

Para aprimorar a coleta de dados sobre a temática abordada, optou-se pela utilização de descritores específicos em repositórios como a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), a biblioteca virtual SciELO, o Google Acadêmico e os repositórios das Universidades Federais de Sergipe e de Alagoas. Esses descritores foram: *infância, criança quilombola, racismo estrutural, educação, Alagoas*, alinhando-se ao propósito de mapear “o que já se produziu sobre o assunto” e identificar “lacunas no

conhecimento” (Gil, 2002, p. 47), especialmente acerca do que se tem pesquisado sobre as infâncias quilombolas do/no sertão nordestino, especificamente no estado de Alagoas.

A escolha dos repositórios da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e da Universidade Federal de Sergipe (UFS) foi motivada pelo interesse em aprofundar o levantamento e a análise das produções acadêmicas relacionadas às comunidades quilombolas presentes nesses territórios geográficos. No entanto, é importante destacar que essa escolha não implica a exclusividade da presença quilombola em Alagoas e Sergipe, mas sim uma estratégia metodológica para delimitar o campo de investigação, sem desconsiderar a diversidade e a amplitude da temática em outras regiões do Brasil, utilizando os mesmos descritores. Combinando-os, a fim de verificar onde e como estão sendo produzidas as pesquisas com foco nas crianças e nas infâncias negras e quilombolas.

Segundo Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é uma estratégia essencial para identificar, selecionar e analisar o conhecimento existente sobre um tema específico, permitindo ao pesquisador um entendimento aprofundado das contribuições e limitações dos estudos anteriores. Esta pesquisa é classificada como qualitativa, com foco no levantamento bibliográfico, buscando explorar artigos de periódicos (especialmente revistas científicas), além de capítulos e livros completos. Gil destaca que a pesquisa bibliográfica oferece um “panorama atualizado” do campo de estudo, organizando o saber acumulado e facilitando novas reflexões e interpretações (Gil, 2002, p. 44).

A revisão bibliográfica foi estruturada a partir de referências imprescindíveis ao campo teórico que sustenta o estudo, incluindo autores(as) como Akotirene (2019), Carneiro (2023), Arroyo (2014), Ribeiro (2019), Gomes (2012, 2021), Nogueira e Alves (2019), Quijano (2005), Maldonado-Torres (2018), entre outros. Dessa forma, a pesquisa fundamenta-se na abordagem bibliográfica que, conforme Gil (2002), contribui para consolidar e expandir o entendimento sobre a temática estudada. Foi realizado um recorte das pesquisas produzidas entre 2019 e 2024.

No processo de análise, algumas categorias foram delineadas a partir da leitura crítica das produções encontradas e da interlocução com o referencial teórico mobilizado. As categorias que emergiram foram: infância quilombola, como espaço de

produção de sentidos, saberes e modos de vida; educação e escola, que evidenciam tanto os desafios quanto as possibilidades de construção de práticas pedagógicas antirracistas; racismo estrutural e práticas de resistência, que revelam como as infâncias quilombolas são atravessadas por desigualdades, mas também por estratégias de (re)existência; e produção acadêmica, circunscrita ao território alagoano, que destaca o papel das universidades do Nordeste na visibilização dessa temática. Essas categorias, portanto, funcionaram como lentes analíticas que não apenas organizaram os achados, mas também contribuíram para revelar lacunas e tensionar a invisibilidade histórica das infâncias quilombolas no sertão alagoano.

3 Resultados e Discussão

3.1 Além da história oficial: a decolonialidade da infância quilombola

O objetivo desta subseção é discutir a constituição do conceito de infância como categoria social, que, com a modernidade e os avanços das Ciências Sociais e Humanas, passou a ser analisada sob uma perspectiva social, cultural, geográfica e política. Além disso, a subseção oferece uma análise crítica sobre como a imagem da criança e a concepção de infância foram influenciadas por abordagens positivistas e iluministas, sustentadas por concepções eurocêntricas e coloniais.

Segundo Sarmiento (2004), a infância permite identificar características que distinguem crianças de adultos e expressam uma condição geracional comum. A infância, como categoria, é “relativamente independente dos sujeitos empíricos que a integram” (Sarmiento, 2004, p. 7). Embora haja elementos comuns nas culturas infantis que conectam todas as crianças, a categoria deve ser entendida nas intersecções que as atravessam. Em um estudo sobre racismo, por exemplo, é crucial colocar as crianças negras no centro da análise, pois suas experiências são marcadas por contextos de exclusão e discriminação racial (Nogueira e Alves, 2019).

A compreensão das crianças como sujeitos de direitos só foi possível no final do século XX, com o surgimento de metodologias que se opuseram à invisibilização histórica

das infâncias (Guczak; Marchi, 2021). A visão da criança como incompleta e passiva apagou suas histórias e contextos, limitando sua capacidade de ação e diálogo, colocando-a como sujeito passivo, receptora das ações de outros em seu cotidiano (Lopes, 2008). Essa crítica leva à necessidade de repensar a criança como ator social, reconhecendo sua agência em contextos social e culturalmente marcados pela ausência de direitos, produtora do espaço em que vive, coautora da cultura dos adultos e produtora de sua cultura infantil. Para Lopes (2013):

O sentido de infância é atravessado, dessa forma, pelas dimensões do espaço e do tempo que, ao se agregarem com o grupo social, produzem diferentes arranjos culturais e diferentes traços simbólicos. As crianças ao se apropriarem dessas dimensões, as reconfiguram, as reconstroem, e ao se criarem, criam suas diferentes histórias e geografias (p. 67).

A mudança para enxergar a criança como sujeito de direito foi tardia, resultado dos estudos em Sociologia, Antropologia e Filosofia da infância, que combateram o adultocentrismo e trataram a criança como sujeito, e não objeto (Guczak; Marchi, 2021). Esse entendimento foi consolidado com avanços legais, impulsionando a revisão das concepções sobre a infância na sociedade. Nascimento (2021) destaca que, a partir do século XX, a infância deixou de ser vista como universal, reconhecendo as crianças como sujeitos concretos e contextualizados, afetados por questões políticas, econômicas e tecnológicas. De modo adicional, Cohn (2005) ressalta que, em outras culturas, a ideia de infância pode ser diferente, variando conforme os contextos socioculturais.

Esse desejo histórico de compreender e dominar saberes sobre a infância e as crianças desperta diferentes perspectivas, impulsiona pesquisas e a produção de conhecimento. Contudo, também gera dissonâncias no entendimento semântico dos termos “infâncias” e “crianças”. Para evitar abordagens equivocadas em estudos que envolvam esses conceitos, Sarmiento (2005) propõe uma distinção semântica, argumentando que eles não devem ser tratados como sinônimos, pois cada um carrega especificidades intrínsecas às suas trajetórias históricas, sociais e culturais (Ferreira e Macêdo, 2021).

No Brasil, a condição das crianças negras é marcada por descaso e invisibilidade, com profundas desigualdades e exclusão sistêmica. Essa realidade exige uma abordagem

interseccional que reconheça as múltiplas dimensões da opressão e promova ações para garantir dignidade e justiça (Santos, 2024). Os primeiros registros sobre a infância no Brasil surgem com os jesuítas no século XVI, que moldaram as crianças indígenas segundo valores europeus, refletindo a complexidade da colonização. Conforme Lins *et al.* (2014) apontam, a infância indígena foi assimilada ao projeto colonial, que negligenciou os saberes originários.

O colonialismo e a modernidade/capitalismo resultaram em processos de desumanização das crianças negras, como afirmam teóricos como Quijano (2005), Freire (2013), Dussel (2005) e Maldonado-Torres (2018). Esses sistemas de opressão negam a humanidade e as identidades de povos colonizados, criando uma hierarquia global de poder e conhecimento, como destacam Mignolo (2011) e Walsh (2013). Lugones (2007) observa que a colonialidade do poder impõe uma hierarquia de humanidade, subalternizando o “Outro”, enquanto Carneiro (2023) utiliza o conceito de “dispositivo de racialidade” para explicar como as práticas sociais e institucionais marginalizam e desumanizam populações negras, reforçando sua subordinação.

Nos estudos decoloniais, o conceito de “Outro” é central para entender as relações desiguais entre culturas e identidades. Maldonado-Torres (2007) e Quijano (2005) argumentam que a colonialidade criou a figura do “Outro” como inferiorizado e subjugado, uma construção social que sustenta desigualdades globais. Ribeiro (2019) e Nêgo Bispo (2015) destacam como o racismo e a exploração são produzidos e se perpetuam, sendo uma forma de colonização e contracolônização:

[...] todos os processos etnocêntricos de invasão, expropriação, etnocídio, subjugação e até de substituição de uma cultura pela outra, independentemente do território físico geográfico em que essa cultura se encontra. E vamos compreender por contracolônização todos os processos de resistência e de luta em defesa dos territórios dos povos contra colonizadores, os símbolos, as significações e os modos de vida praticados nesses territórios (Santos, 2015, p. 47-48).

Assim, Santos (2015) argumenta que, ao mesmo tempo em que o Ocidente impõe suas estruturas de poder e controle sobre os corpos e mentes, surgem resistências que buscam subverter essas imposições, resultando em um ciclo contínuo de colonização e contracolônização. Esse processo afeta tanto as formas de socialização das crianças

quanto as identidades culturais e subjetivas, moldando e redefinindo as relações de poder desde os primeiros momentos da vida.

Arroyo (2014) defende a construção de pedagogias descolonizadoras inspiradas nos avanços dos estudos pós-coloniais, com o objetivo de identificar e superar as relações de *poder, saber e ser* profundamente enraizadas no pensamento social, político e pedagógico. Essa perspectiva crítica promove uma ruptura com os paradigmas coloniais, ao desafiar hierarquias e formas de opressão que moldam o imaginário educacional. Além disso, incentiva o repensar de outras possibilidades de infância, permitindo a valorização de experiências diversas e plurais, capazes de questionar e transformar os modelos hegemônicos de educação e subjetivação (Santos *et al.*, 2024). A infância quilombola, especialmente a infância negra, quilombola e nordestina, está social, simbólica, cultural, política e geograficamente à margem de pedagogias colonizadoras que estereotipam, constroem e delimitam suas subjetividades e identidades. Dito de outro modo, a infância quilombola é o “Outro” da história oficial narrada e registrada oficialmente pelo Ocidente.

O sertão nordestino, neste ensaio, é abordado como um território historicamente considerado “menor” e incivilizado, situado fora da linha abissal do Norte Global e das grandes metrópoles brasileiras. Nesse contexto, as regiões Norte e Nordeste concentram 68,19% da população quilombola, com o Maranhão apresentando o maior percentual (3,97%) de quilombolas em sua população, seguido pela Bahia (2,81%), Amapá (1,71%), Pará (1,66%), Sergipe (1,27%) e Alagoas (1,21%)².

Mencionar esses dados faz-se importante, pois compreendemos, tal qual Lopes e Vasconcellos (2006, p. 110) que “[...] toda criança é criança de um lugar. Do mesmo modo, toda criança é criança em algum lugar”. As crianças quilombolas produzem suas infâncias nesse território historicamente constituído por desigualdades e relações de poder. Segundo Albuquerque Júnior (2018), o sertão é uma construção histórica e social, resultado das relações de poder, das disputas pelo uso da terra, pela configuração do espaço e pela

² Dados disponíveis em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2023/07/populacao-quilombola-e-de-1-3-milhao-indica-recorte-inedito-do-censo>.

organização das relações sociais. Não é apenas um espaço geográfico, mas uma ideia construída, que reflete as tensões e contradições da sociedade brasileira.

Refletir sobre a decolonização das infâncias requer uma crítica profunda ao modelo universalizante de infância imposto pelo Ocidente, que projeta a criança como um ser passivo, controlado e disciplinado, a ser tutelado por adultos. É uma concepção que, ao objetificar a criança, desconsidera os múltiplos modos de ser, saber e viver que emergem fora dos parâmetros eurocêntricos e adultocêntricos. Como afirma Gallo (2018, p. 61), “os adultos pensam nas crianças, pensam pelas crianças, dizem às crianças o que é ser criança e viver a infância”. Esses fatores contribuíram para a colonização da infância e produziram uma imagem que define o que ela é, o que não é e o que não pode ser (Ferreira *et al.*, 2022).

Noguera (2018) afirma que “a infância aqui deve ser entendida num duplo registro. Para além do marcador geracional que a define como um ‘período’ da vida, a infância é uma condição de experiência humana ou um sentido” (Noguera, 2018, p. 89). Sob essa perspectiva, a infância transcende a mera delimitação etária, configurando-se como uma dimensão ontológica que reflete modos de ser e de interagir com o mundo (Santos, 2024). Dessa forma, a descolonização das infâncias não se limita a um exercício teórico, mas envolve ações e reivindicações que buscam reconhecer e reimaginar as infâncias em suas pluralidades. Por meio dessa crítica, busca-se abrir espaço para infâncias que resistem e (re)existem, fora dos padrões ocidentais, como sujeitos de saberes, práticas e vivências próprias, sendo atravessadas pela interseccionalidade de opressões. De acordo com Carla Akotirene (2019):

É oportuno descolonizar perspectivas hegemônicas sobre a teoria da interseccionalidade e adotar o Atlântico como *locus* de opressões cruzadas, pois acredito que esse território de águas traduz, fundamentalmente, a história e migração forçada de africanas e africanos. As águas, além disto, cicatrizam feridas coloniais causadas pela Europa, manifestas nas etnias traficadas como mercadorias, nas culturas afogadas, nos binarismos identitários, contrapostos humanos e não humanos. No mar Atlântico temos o saber duma memória salgada de escravidão, energias ancestrais protestam lágrimas sob o oceano (Akotirene, 2019, p. 15).

Essas reflexões dos teóricos decoloniais mostram que a construção do “Outro” foi fundamental para sustentar as lógicas de dominação, exclusão e violência colonial,

estabelecendo um sistema de poder baseado na inferiorização racial, cultural e epistemológica dos povos não europeus.

Para Arroyo (2018), os estudos decoloniais revelam que, historicamente, não apenas a infância, mas também negros, indígenas, quilombolas, mulheres, pobres e indivíduos com orientações sexuais diversas foram desprovidos de voz. Esses grupos foram sistematicamente classificados como inferiores, sub-humanos, irracionais e sem cultura, sendo marginalizados e desumanizados, o que os posiciona na sociedade como “sem pensamento”, “sem voz” e “sem cultura”, reforçando a exclusão social e a opressão.

Nessa perspectiva, os estudos decoloniais buscam inverter esse processo de negação, promovendo a valorização dos saberes locais e das culturas historicamente oprimidas. Propõem o fortalecimento das comunidades marginalizadas, defendendo a afirmação de suas vozes e identidades. O movimento decolonial, portanto, é essencial para a recuperação e dignificação das experiências desses grupos, contestando as narrativas hegemônicas que ainda dominam os campos do conhecimento e da educação e abrindo espaço para as histórias e saberes que foram silenciados (Arroyo, 2018).

Arroyo (2014), na obra *Outros sujeitos, outras pedagogias*, apresenta uma análise crucial para (re)pensarmos a criação e a visibilidade de outras pedagogias de enfrentamento, a fim de combater, com as armas da crítica e da ação, os modelos coloniais e capitalistas que interferem na vida dos sujeitos diferentes. Arroyo (2014, p. 32) corrobora essa assunção e afirma que as pedagogias de resistência e de libertação, em oposição a uma teoria pedagógica única, neutra e apolítica, devem educar os sujeitos pertencentes aos grupos marginalizados a resistir a se reconhecer “subalternos, inferiores, irracionais, incultos” e, no movimento de afirmação, serem “capazes de produzir saberes, valores culturais, modos de pensar” que não se circunscrevem aos tentáculos da modernidade/colonialidade/capitalismo (Arroyo, 2014, p. 32).

A descolonização das infâncias, portanto, exige uma interrupção epistemológica e coletiva do ideal de infância construído sob a perspectiva colonial. Em uma abordagem histórico-social, essa reflexão implica reconhecer as infâncias em suas próprias agências e potencialidades, rompendo com a “colonialidade do ser”, que, segundo Maldonado-

Torres (2018), situa os corpos e modos de vida não europeus como “inferiores e infantis, necessitando de tutela e controle” (p. 246). Consoante afirma Cohn (2005, p. 50), “não há imagem produzida sobre a criança e a infância, ou pela criança, que não seja, de algum modo, produto de um contexto sociocultural e histórico específico”.

Desse modo, é necessária a construção de *pedagogias outras* para as infâncias, capazes de valorizar e respeitar as diferenças e a pluralidade, o que demanda uma abordagem que reconheça a relevância da contextualização e da diversidade histórica e cultural dos territórios nos quais as crianças estão inseridas. Esse enfoque deve garantir o direito à formação intelectual, cultural, ética e identitária e promover uma educação que não só respeite as diversidades, mas também busque fortalecer as identidades locais e comunitárias, oferecendo às crianças um espaço de reconhecimento e afirmação de seu próprio ser no mundo (Santos *et al.*, 2024).

3.2 A infância quilombola: o que as pesquisas revelam sobre os modos de produção de saberes, fazeres e (re)existências das crianças

[...] as crianças, de qualquer grupo, sociedade ou cultura, sabem de si, sabem onde estão, o que faz parte de suas vidas; conhecem seu mundo; e se confrontam com os princípios de pertença e identidade que lhes são atribuídos (Gusmão, 2012, p. 164).

Nesta subseção, apresentamos as pesquisas selecionadas em repositórios como a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), SciELO e Google Acadêmico, bem como nos repositórios das bibliotecas da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e da Universidade Federal de Sergipe (UFS). O objetivo foi evidenciar produções científicas sobre as infâncias quilombolas no Sertão Nordestino, com ênfase na constituição das identidades raciais e quilombolas de crianças negras e na forma como o dispositivo de racialização, enraizado no racismo estrutural, atua de modo interseccional sobre seus modos de ser, viver e criar.

Para organizar a revisão bibliográfica e dar transparência à seleção das pesquisas, foram adotados os seguintes critérios: utilizaram-se descritores como “infância quilombola”, “criança quilombola”, “racismo estrutural” e “Alagoas”; as pesquisas

deveriam contemplar diretamente crianças quilombolas como sujeitos do estudo; e abordar, ainda que de maneira parcial, os modos de vida, saberes e práticas culturais dessas crianças. A partir desses critérios, cinco pesquisas foram selecionadas por atenderem ao objetivo da investigação e estarem alinhadas aos descritores da busca, permitindo um recorte consistente e representativo para análise.

As pesquisas selecionadas revelam distintos aspectos das infâncias quilombolas, destacando a participação das crianças nas práticas culturais e na construção de suas identidades, bem como os desafios impostos pelo racismo estrutural e por processos de colonialidade. Em algumas pesquisas, observa-se participação direta e ativa das crianças, com registros de oficinas, rodas de conversa, diários de campo e produções audiovisuais, enquanto outras apresentam a infância de forma mais descritiva, evidenciando lacunas metodológicas, sobretudo na escuta direta das crianças.

Ao apresentar as pesquisas, destacamos que algumas trazem contribuições mais detalhadas, enquanto outras são menos descritas ou não apresentam identificação completa dos participantes, o que evidencia a necessidade de sistematização dos dados.

Em síntese, esta subseção organiza a revisão bibliográfica em torno das cinco pesquisas selecionadas, explicando os critérios de escolha, a participação das crianças nos estudos e os elementos que permitem analisar como elas constroem suas infâncias, contribuindo para o entendimento das infâncias quilombolas no Sertão de Alagoas.

No Sertão Nordestino, em Alagoas, refletir sobre as crianças a partir de seu território tem motivado pesquisadores e pesquisadoras a uma busca filosófica, antropológica, sociológica e histórica, por meio de métodos e metodologias que evidenciam as crianças tecendo suas infâncias e seus cotidianos a partir da constituição de suas culturas infantis. Esse processo tem gerado enunciados que se expandem para outras *geo-grafias*, ou seja, outros modos de existências em territórios subjugados, trazendo à tona subjetividades historicamente (in)visibilizadas e, por meio do viés político e denunciativo inerente ao ato de pesquisar, essas subjetividades começam a ocupar um lugar nas lutas políticas pelo direito à vida. Reconhecemos que, embora ainda sejam escassas as pesquisas que adotam a escuta das crianças como metodologia de trabalho, tais práticas vêm, nos últimos anos, construindo

trilhas significativas de aprendizado *com e sobre* as crianças.

Na pesquisa intitulada *Identidade negra/quilombola: diálogos intergeracionais de autoafirmação em uma comunidade do sertão nordestino*, de Nascimento e Libardi (2023), apresenta-se um estudo realizado com crianças, pré-adolescentes e idosos da comunidade quilombola Serra das Viúvas, localizada no município de Água Branca (AL). O objetivo principal foi investigar como os elementos raciais e culturais estão presentes no cotidiano dessa comunidade, especialmente em relação à construção da identidade racial e quilombola dos participantes.

A metodologia adotada envolveu oficinas estruturadas como roteiros com um tema central, denominado “foco do encontro”. Entre as estratégias metodológicas empregadas, destacam-se rodas de conversa, leitura e produção textual, atividades de desenho, brincadeiras, diálogos com os sujeitos mais velhos (entrevistas) e grupos focais constituídos por crianças. Essas abordagens possibilitaram uma coleta rica de dados e proporcionaram um espaço de interação e reflexão, essencial para o desenvolvimento da pesquisa.

Os resultados revelaram a presença significativa das questões raciais e geracionais no processo de construção identitária, em especial das crianças. As autoras destacaram que, ao representar seus avós, crianças e pré-adolescentes frequentemente evitam identificá-los como pretos ou negros, refletindo a dificuldade dos mais velhos em afirmar aspectos relacionados à própria identidade racial. Esse fenômeno também se manifesta no branqueamento racial adotado pelas crianças como forma de distanciar-se das características que expressam sua negritude.

Essa dinâmica evidencia a vulnerabilidade das crianças e pré-adolescentes negras da comunidade, que enfrentam maiores dificuldades de se aceitar como negras, devido às pressões externas e internas do racismo. No entanto, as autoras apontam que a identidade quilombola funciona como elemento coletivo e compartilhado entre gerações, contribuindo para a coesão social da comunidade. Ainda assim, a forma como as crianças vivenciam o racismo difere substancialmente das experiências dos jovens, adultos e idosos, demonstrando a complexidade e a interseccionalidade das vivências dentro da comunidade.

A monografia de Santos (2024), *Infâncias e território: modos de viver em comunidade quilombola do agreste alagoano contos de uma pesquisa*, trata-se de uma pesquisa conduzida na comunidade Poços-do-Lunga, em Taquarana (AL), entre 2021 e 2023, com o objetivo de analisar os processos de socialização infantil e suas relações com o território, a cultura e a saúde. Os resultados e discussões apresentados neste estudo são provenientes da participação da autora na pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) intitulada “*Itinerários Terapêuticos de Saúde Mental em uma Comunidade Quilombola do Agreste de Alagoas*”. A pesquisa, direcionada às crianças, estabelece uma discussão teórica sobre a construção da infância e, de forma contundente, da infância negra no Brasil e os processos de colonização vivenciados por esses sujeitos. Aborda, ainda, a constituição sócio-histórica e cultural dos quilombos no Brasil e, de forma mais sistematizada, das crianças quilombolas da comunidade Poços do Lunga, em Taquarana (AL).

A pesquisadora adota, como método, a análise de cenas do cotidiano infantil registradas em diário de campo, destacando os momentos em que as crianças expressam seus modos de ser, viver, brincar e construir suas infâncias. No entanto, a pesquisa não prioriza uma escuta mais atenta e centrada nas crianças; essa ausência configura-se como uma lacuna das vozes infantis e de suas potencialidades ao narrar o vivido, produzindo deslocamentos conceituais e metodológicos em torno do fazer pesquisa *com/sobre* crianças na atualidade. Isso não diminui a rica contribuição trazida pelas crianças nas cenas descritas pela autora.

As narrativas infantis são fundamentais para refletir sobre aspectos como território, cultura, identidade e as interações entre pares e adultos na comunidade. Além disso, a participação ativa das crianças poderia contribuir significativamente para romper o estigma que as considera incapazes de articular pensamentos e ideias sobre suas próprias vidas, reafirmando-as como sujeitos de saber e ação no contexto da pesquisa. Nesse ínterim, esta pesquisa evidencia uma lacuna fundamental, justamente a ausência das falas das crianças e de participação direta no estudo, uma vez que o objetivo da pesquisadora está direcionado à escuta de sujeitos em faixa etária maior. Ao descrever os participantes, a autora afirma “população participante deste estudo incluiu moradores

quilombolas, de ambos os sexos, maiores de 18 anos” (Santos, 2024, p. 10).

Nesse estudo, as crianças têm participação incipiente, pois aparecem apenas nos relatos de descrição no diário de campo da autora, porém, isso não inviabiliza a importância da investigação, já que a autora estabelece análise crítica e contundente sobre a infância quilombola dessa comunidade, em que as crianças aparecem de forma mais expressiva nas seções que tratam, a saber: Comunidade Quilombola e a Construção da Infância; Território e Afetos: a influência do espaço na formação infantil; Cultura de Pares e Oralidade: pilares da identidade infantil nas comunidades quilombolas; Afro-perspectivismo: a criança como agente cultural e social.

Este estudo revelou que, na comunidade quilombola *lócus* da pesquisa, a infância é abordada de maneira singular: enquanto se valoriza o direito das crianças de brincar e frequentar a escola, também se as incentiva a refletir sobre sua realidade. Como demonstrado, as crianças desempenham papéis de destaque em diversas atividades comunitárias e são agentes ativos na preservação e construção da cultura e identidade quilombola, contribuindo para a produção de conhecimento. Na comunidade, a infância se desenvolve por meio de múltiplos processos de socialização e interações que moldam tanto sua identidade quanto sua compreensão do mundo.

Essas práticas se sustentam em um exercício de trocas, autonomia e autoria das crianças, cristalizando um modo potente de iniciar uma nova viagem na constituição da relação adulto-criança – *geo-grafias* indispensáveis para que as crianças e suas infâncias sejam reconhecidas a partir de seus processos históricos, de suas experiências com o lugar e por uma ética que não as reduza a seres incapazes ou sujeitos de um futuro distante (Macedo, 2021).

No artigo de Silva e Oliveira (2020), intitulado *A construção da autoestima e afirmação das identidades negras nas crianças quilombolas*, os autores apresentam um trabalho realizado em uma escola quilombola localizada na Comunidade Quilombola do Muquém (AL). O objetivo foi analisar as referências bibliográficas sobre a construção da autoestima e a afirmação das identidades negras nas crianças quilombolas. Os autores observaram que as crianças negras apresentavam narrativas negativas em relação às representações simbólicas e imaginárias da negritude.

A pesquisa de doutorado de Macedo (2021), intitulada “*VAMOS CAIR NO MUNDO*”: *pelejas crianceiras no Sertão Quilombola do Alto do Tamanduá – AL*, teve como objetivo discutir as narrativas das crianças do quilombo Alto do Tamanduá, no Sertão de Alagoas, sobre seus modos de ser criança, buscando caracterizar os saberes produzidos e compartilhados por meio da tradição oral. Para isso, insere-se no campo dos estudos sociais da infância e estabelece diálogos com a sociologia da infância, a antropologia da criança e com referenciais que dialogam com as culturas e cosmovisões africanas.

As narrativas infantis foram a principal fonte de investigação da autora e o foco maior da pesquisa. Desse modo, emergiram narrativas carregadas de significados sobre o lugar onde as crianças vivem, especialmente por estarem imersas no cotidiano da comunidade, em que se manifestam a memória, as identidades e as questões étnico-raciais e religiosas (Macedo, 2021). De acordo com a pesquisadora, como resultado de suas andanças com as crianças na comunidade, elas a conduziram ao centro da roda, afinando o seu olhar e apresentando novas abordagens para compreender as infâncias em um território étnico-racial, trazendo frescor às andanças pelo sertão. O termo utilizado pela autora, “cair no mundo”, expressa os movimentos, a ritualização das práticas culturais, a construção das formas de organização social e a incorporação dos modos de ser criança quilombola no sertão de Alagoas (Macêdo, 2021).

Em outro estudo realizado na comunidade quilombola Alto do Tamanduá (AL), investigaram-se as narrativas das crianças quilombolas durante a pandemia de Covid-19. O trabalho, intitulado “*Não pode sair de casa, não pode abraçar ninguém...*”: *As crianças quilombolas do sertão alagoano e o que dizem sobre a pandemia*, apresentou as análises de uma pesquisa com crianças, com o objetivo de examinar, por meio de suas narrativas, como a conjuntura social afetou suas subjetividades, seus territórios e suas formas de viver a infância durante esse período. A pesquisa foi conduzida em duas comunidades quilombolas do sertão alagoano, Alto do Tamanduá e Jorge (AL).

Como questões centrais de pesquisa, buscou-se compreender como as crianças quilombolas foram impactadas pelos discursos e práticas emergentes durante a pandemia e como a escola, enquanto espaço de interação, troca e construção cultural,

se transformou em um local distante e desabitado por elas. O estudo se insere nos estudos decoloniais, desafiando as lógicas adultocêntrica, eurocêntrica e colonizadora, tanto em relação às crianças de maneira geral quanto, especificamente, às crianças quilombolas (Ferreira *et al.*, 2021).

Outra pesquisa encontrada, intitulada *Entre preservar e transformar: práticas culturais de crianças quilombolas no sertão nordestino*, de Souza e Libardi (2023), explora as práticas culturais desenvolvidas em comunidades quilombolas do Nordeste brasileiro, com foco especial no papel e no envolvimento das crianças na preservação e produção dessas expressões culturais. O objetivo foi analisar, a partir de narrativas e experiências vivenciadas por crianças da Comunidade Quilombola Serra das Viúvas (AL), as práticas culturais dessa geração mais nova, bem como observar a relação existente entre esse grupo geracional e a cultura popular local. As autoras estabelecem uma discussão a partir de fatores intergeracionais que influenciam a construção das práticas infantis no quilombo, compreendido como um espaço inevitavelmente influenciado por fatores econômicos, políticos, ambientais, socioculturais e geográficos do tempo atual.

Souza e Libardi (2023) partem do seguinte questionamento: quais são as práticas culturais do dia a dia que englobam e caracterizam a infância quilombola? As autoras defendem uma abordagem metodológica na qual as crianças se tornaram participantes e coautoras, uma vez que “a pesquisa realizada não é *sobre* as crianças e sua infância quilombola, mas sim *sobre* práticas culturais *com* essas crianças e suas infâncias” (Souza; Libardi, 2023, p. 124). Dessa forma, participaram, ao todo, 37 crianças na faixa etária de 4 a 12 anos, sendo 25 meninas e 12 meninos. A cada encontro a frequência de participantes variava entre 15 e 17 crianças presentes. Em duas das 11 oficinas houve a contribuição de duas idosas, com o objetivo de possibilitar um espaço para diálogos intergeracionais entre elas e as crianças. Como instrumento de registro dos dados, foram elaborados relatórios de campo detalhados (11 no total), produzidos pelas pesquisadoras ao longo de cada oficina. Para a composição dos relatórios, utilizaram-se fotografias (produzidas pelas pesquisadoras e, algumas vezes, pelas próprias crianças) e gravações de áudio.

Como resultados, as autoras perceberam que a comunidade é um *lôcus* de cultura

tradicional e contemporânea simultaneamente. Enquanto parte da tradição era preservada na Serra, também havia a inserção de movimentos do meio urbano nesse contexto comunitário/rural, como o funk. Durante a produção de algum produto artesanal, era comum ouvir esse ritmo musical, evidenciando que não se deve limitar a comunidade a um isolamento sociocultural. No caso do quilombo Serra das Viúvas, foram observadas conexões diárias entre o espaço rural e o urbano, inclusive no âmbito da cultura.

Os estudos mencionados têm como pano de fundo a participação das crianças, registrada por meio de diários de campo, relatos das próprias crianças, produções audiovisuais e observações em diário de campo, registros fotográficos. Esses trabalhos abordam a participação das crianças quilombolas como coautoras das produções científicas que as envolvem. Além disso, exploram aspectos fundamentais da constituição da identidade racial e quilombola desses sujeitos, entrelaçados aos contextos socioculturais do tempo presente e, de maneira mais específica, os impactos do racismo estrutural na construção de suas infâncias no chão do quilombo.

Santos (2024, p. 10) afirma que “as crianças estabelecem uma conexão profunda e significativa com o território em que vivem”. Nesse contexto, investigar a infância exige do pesquisador conhecimento aprofundado sobre as condições históricas e sociais da criança, além de elementos que moldam a história da educação, da infância, da pedagogia e da escola. A pesquisa sobre a infância e com crianças não se limita a aspectos isolados, mas envolve a compreensão das complexas interações que elas estabelecem com o contexto cultural, social e educacional ao seu redor (Alves, Ferraço e Soares, 2018).

A forma como as crianças criam outras formas de ser, viver e criar no quilombo tem como principal representação as brincadeiras e os brinquedos, momentos nos quais podem se expressar e experimentar o ócio para além da lógica dominante da sociedade capitalista e sua pedagogia da produtividade patológica, uma vez que “a criança está sempre pronta para criar outros sentidos para os objetos que possuem significados fixados pela cultura dominante, alargando o sentido único que as coisas novas tendem a adquirir” (MEC/SEB, 2016, p. 35).

Diante do exposto, Corsaro (1997) propõe uma reflexão sobre o processo de

construção das culturas da infância, caracterizando-o como reprodutivo, interpretativo e criativo. Nesse contexto, as crianças desenvolvem formas próprias de viver, conviver, criar e reorganizar aquilo que origina da cultura adulta, espaço no qual estão imersas. Assim, as crianças criam “táticas que desorganizam e reorganizam os lugares, transformando-os em lugares praticados” (Alves, Ferraço e Soares, 2018, p. 58). São lugares que lhes oferecem sentido, nos quais elas podem visualizar possibilidades de viver e descobrir outros modos de intervenção na realidade.

4 Considerações finais

Por meio deste estudo, intentou-se, com a discussão sobre infância negra e quilombola, racismo estrutural e decolonialidade, e com base em estudos científicos das Ciências Sociais e Humanas, apresentar e dialogar com as produções sobre os modos de vida e produção das infâncias quilombolas no sertão nordestino, explorados por meio de uma revisão bibliográfica.

O levantamento bibliográfico realizado para este artigo constatou que, entre os anos de 2019 e 2024, as pesquisas científicas desenvolvidas no estado de Alagoas têm se concentrado em temáticas relacionadas à cultura e à etnia quilombola em múltiplos territórios. Esses estudos investigam questões como os modos de vida e resistência, a formação da identidade negra e quilombola, saúde mental, currículo escolar, práticas pedagógicas antirracistas, literatura infantil negra, relações étnico-raciais na escola, educação infantil antirracista e formação de professores. Tais estudos possuem como participantes, predominantemente, adultos, adolescentes e idosos e, embora as crianças apareçam em alguns desses trabalhos, há a prevalência de análises a partir do contexto educacional.

As pesquisas também apresentam o que podemos entender como resistências e (re)existências infantis, nas quais as crianças, ao habitarem o espaço do quilombo, compartilham e criam táticas para produzir outros modos de vida e infância que não sejam brutalmente afetados pelos sistemas de opressão que tentam aniquilar a diversidade cultural, os saberes e as formas de criação presentes nas comunidades quilombolas. Nessas pesquisas, as crianças surgem como sujeitos capazes de inventar

novas pedagogias do/no chão do quilombo, como as pedagogias de resistência que, segundo Arroyo (2014, p. 32), são “capazes de produzir saberes, valores culturais, modos de pensar”.

Ademais, envolve a influência das gerações mais velhas na construção de suas compreensões sobre si mesmas, além dos brinquedos e brincadeiras, que funcionam como representações e significados da cultura infantil. Esses elementos configuram modos de resistência frente à máquina voraz do capitalismo, que impacta suas vidas. Por tudo isso, as crianças negras e quilombolas constroem, em suas existências, formas únicas de produzir saberes, práticas e estratégias de (re)existência frente às estruturas do racismo que atravessam seus cotidianos desde cedo.

As pesquisas sobre infâncias quilombolas no Sertão Nordestino dialogam profundamente com o referencial decolonial ao revelar crianças como agentes culturais, sociais e históricos, capazes de produzir saberes, reinventar práticas e tecer suas próprias existências. Nos territórios quilombolas, o espaço não é apenas geográfico, mas memória, afeto e história, moldando e sendo moldado pelas crianças em suas brincadeiras, narrativas e interações intergeracionais.

Em cada oficina, roda de conversa ou relato cotidiano, percebe-se que as crianças não apenas vivem a infância, mas a criam, resistindo às narrativas coloniais e estabelecendo novas geometrias de ser, brincar e conhecer. Assim, o diálogo entre teoria e pesquisa revela a potência das infâncias quilombolas: corpos, vozes e imaginários que afirmam presença, memória e agência, traduzindo em ações e vivências o sentido de uma infância que não se deixa colonizar.

Por fim, esses estudos evidenciam que a infância quilombola se constrói na interseção entre raça, geração e território, desafiando a visão eurocêntrica e adultocêntrica que historicamente invisibilizou crianças e, em especial, as negras. Ao assumir papéis ativos na preservação e transformação de saberes comunitários, elas afirmam suas identidades e produzem formas próprias de pertencimento, reafirmando o que o referencial teórico aponta: a descolonização da infância passa pelo reconhecimento da criança como sujeito de saberes, práticas e existências plurais.

Referências

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2018.
- ALVES, Nilda; FERRAÇO, Carlos Eduardo; SOARES, Leandro. [Título não identificado]. [S.l.: s.n.], 2018. [A confirmar].
- ARROYO, Miguel G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Ser criança na educação infantil: infância e linguagem**. 1. ed. Brasília: MEC/SEB, 2016.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. **Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- COHN, Clarice. **Antropologia da criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- CORSARO, William A. **The sociology of childhood**. Thousand Oaks: Pine Forge Press, 1997.
- DAMIÃO, Flávia de Jesus; DIAS, Lucimar Rosa; GONÇALVES, Maria Clareth Reis. Existências de crianças e infâncias negras: movimentos de um educar e pesquisar antirracista. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 12, n. 33, p. 4–19, 2020. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1018>. Acesso em: 25 nov. 2024.
- DUSSEL, Enrique. **Europa, modernidade e eurocentrismo**. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005.
- FERREIRA, Roseane Abreu; GONZAGA, Maria Dayane Martins; MACEDO, Maria Socorro Barbosa; LEITE, Valderlani Viana. “Não pode sair de casa, não pode abraçar ninguém...” As crianças quilombolas do sertão alagoano e o que dizem sobre a pandemia. **Diversitas Journal**, v. 7, n. 2, 2022. DOI: 10.48017/dj.v7i2.2029. Disponível em: https://diversitasjournal.com.br/diversitas_journal/article/view/2029. Acesso em: 25 nov. 2024.
- FERREIRA, Roseane Abreu; MACEDO, Maria do Socorro Barbosa. Infâncias, crianças e as tramas montadas para pensar sobre elas: dialogando com os estudos da infância. **Diversitas Journal**, v. 6, n. 1, p. 1546–1563, 2021. DOI: 10.17648/diversitas-journal-v6i1-1687. Disponível em: https://diversitasjournal.com.br/diversitas_journal/article/view/1687.

Acesso em: 25 nov. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 48. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GALLO, Silvio. “Ir junto”: os desafios de educar uma “infância maior”. In: SANTOS, Solange Estanislau dos; SANTIAGO, Flávio; BARREIRO, Alex (Org.). **Pedagogias descolonizadoras e infâncias**: por uma educação emancipatória desde o nascimento. Maceió: EDUFAL, 2018. p. 59–69.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.

GUCZAK, Daiane; MARCHI, Rita de Cássia. Pesquisa com crianças pequenas – questões éticas, primeiras observações e sinais de assentimento. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 59, n. 62, p. 1–20, out./dez. 2021. DOI: 10.21680/1981-1802.2021v59n62id26305. Disponível em: <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2021v59n62id26305>. Acesso em: 25 nov. 2024.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. Olhar viajante: antropologia, criança e aprendizagem. **Pro-Posições**, Campinas, v. 23, n. 2 (68), p. 161–178, maio/ago. 2012. DOI: 10.1590/S0103-73072012000200011.

LINS, Samuel Lincoln Bezerra et al. A compreensão da infância como construção sócio-histórica. **CES Psicologia**, Medellín, v. 7, n. 2, p. 126–137, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4235/423539424010.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2024.

LOPES, Jader Janer M. Geografia das crianças, geografias das infâncias: as contribuições da geografia para os estudos das crianças e suas infâncias. **Revista Contexto & Educação**, v. 23, n. 79, p. 65–82, 2013. DOI: 10.21527/2179-1309.2008.79.65-82. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/1052>. Acesso em: 25 nov. 2024.

LOPES, Jader Janer M.; VASCONCELLOS, Tânia de. Geografia da infância: territorialidades infantis. **Currículo sem Fronteiras**, v. 6, n. 1, p. 103–127, jan./jun. 2006. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/hevila/CurriculosemFronteiras/2006/vol6/no1/8.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2024.

MACEDO, Maria do Socorro Barbosa. **“Vamos cair no mundo”**: pelejas crianceiras no Sertão Quilombola Alto do Tamanduá – AL. 2021. 83 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2021.

MALDONADO-TORRES, Nelson. **Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas**. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (Org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. p. 27–54.

MIGNOLO, Walter D. **Desobediência epistêmica**: retórica da modernidade, lógica da colonialidade e gramática da descolonialidade. Buenos Aires: Del Signo, 2011.

NASCIMENTO, Maria Letícia Barros Pedroso. **Crianças sujeitos de direitos: destaques dos estudos da infância**. In: GOBBI, Maria Aparecida; DOS ANJOS, Cleriston Izidoro; LEITE, Maria Cristina Stello (Org.). **Crianças, educação e o direito à cidade: pesquisas e práticas**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2021. p. 47–61.

NASCIMENTO, Maria Thaís do; LIBARDI, Suzana Santos. Identidade negra/quilombola: diálogos intergeracionais de autoafirmação em uma comunidade do sertão nordestino. **Revista Brasileira de Educação**, v. 28, 2023. DOI: 10.1590/S1413-24782023280109.

NOGUERA, Renato. Denegrindo a infância: a Lei 10.639/03 numa perspectiva afrocentrada. **Revista Ensaios e Pesquisas em Educação e Cultura**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 77–92, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufrj.br/index.php/repecult/article/view/542/542>. Acesso em: 15 nov. 2024.

NOGUERA, Renato; ALVES, Luciana Pires. Infâncias diante do racismo: teses para um bom combate. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 2, e88362, 2019. DOI: 10.1590/2175-623688362. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623688362>. Acesso em: 23 nov. 2024.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SANTIAGO, Flávio. **Infâncias negras e currículo**: epistemologias do corpo na educação infantil. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, quilombos, modos e significações**. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

SANTOS, Elane dos. **Infâncias e territórios: modos de viver em comunidade quilombola do agreste alagoano – contos de uma pesquisa.** 2024. 76 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Psicologia) – Universidade Federal de Alagoas, Campus Arapiraca, Unidade Educacional Palmeira dos Índios.

SANTOS, Karla de Oliveira; FERREIRA, Roseane Abreu; LEITE, Valderlani Viana; BARBOSA, João Vitor Santos; SILVA, Claudia Cabral; LIMEIRA, Lívia Alves. Inquietações “reflexivas” sobre a ética na pesquisa com crianças. **Revista eletrônica Extensão em Debate**, v. 13, n. 18, 2024. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/extensaoemdebate/article/view/16662>. Acesso em: 25 nov. 2024.

SANTOS, Karla de Oliveira; FERREIRA, Roseane Abreu; SILVA, Ueliton Lima da; BEZERRA, Joselito Marques da Silva; LIMA, Érica Dantas; SANTOS, Solange; SILVA, Reinaldo do Nascimento. **Por uma pedagogia decolonial para as infâncias!** In: SANTOS, Thais Aparecida (Org.). **Debates e práticas decoloniais: diversidades, desigualdades e interseccionalidades.** Itapiranga: Schreiber, 2024. p. 116–124.

SARMENTO, Manuel Jacinto. **As culturas da infância nas encruzilhadas da segunda modernidade.** In: SARMENTO, Manuel Jacinto; CERISARA, Ana Beatriz. **Crianças e miúdos: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação.** Porto: Edições ASA, 2004.

SILVA, José Artur do Nascimento; OLIVEIRA, Julvan Moreira de. **Construção da autoestima e afirmação das identidades negras nas crianças quilombolas.** Argumentos Pró-Educação, v. 5, 29 abr. 2020. DOI: 10.24280/ape.v5.e621. Acesso em: 22 nov. 2024.

SOUZA, Lisa Victória Lopes Gonzaga de; LIBARDI, Suzana Santos. **Entre preservar e transformar: práticas culturais de crianças quilombolas no Sertão nordestino.** Kwanissa: Revista de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros, v. 6, n. 14, p. 121–144, 2023. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/kwanissa/article/view/20466>. Acesso em: 25 nov. 2024.

TOUTONGE, Eliana Campos Pojo; TEMBÊ, Lucirlândia Oliveira Santos; SOUZA, Naire Gomes de. **Crianças e infâncias em territórios quilombolas na Amazônia Paraense.** Educação em Revista, Marília, v. 24, n. 1, p. 51–68, 2023. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/educacaoemrevista/article/view/13399/10478>. Acesso em: 27 out. 2024.

WALSH, Catherine. **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir.** Tomo I. Quito: Abya-Yala, 2013.

WALSH, Catherine; OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria. Colonialidade e pedagogia decolonial: para pensar uma educação outra. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 26, n. 83, set. 2018. DOI: 10.14507/epaa.26.3874. Acesso em: 22 nov. 2024.

ⁱ **Roseane Abreu Ferreira**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3088-8007>

Graduanda do Curso de Pedagogia, Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), *Campus II*

Contribuição de autoria: Escrita – Primeira Redação, Investigação, Metodologia.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2416710203837556>

E-mail: roseaneferreira@alunos.uneal.edu.br

ⁱⁱ **Maria do Socorro Barbosa Macedo**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0291-2786>

Doutora em Educação pelo Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2021). Mestra em Educação pela Universidade Federal de Alagoas (2011). Possui Graduação em Pedagogia e Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas. É professora Adjunta, com Dedicção Exclusiva, atuando como docente do Curso de Pedagogia da UNEAL - *Campus II*.

Contribuição de autoria: Escrita – Revisão e Edição, Análise Formal, Conceituação.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1892888922964842>.

E-mail: socorro.macedo@uneal.edu.br

Editora responsável: Genifer Andrade de Sousa

Especialista *ad hoc*: Jairo Antônio da Paixão e Elenilton Vieira Godoy.

Como citar este artigo (ABNT):

FERREIRA, Roseane Abreu.; MACEDO, Maria do Socorro Barbosa. Crianças e quilombos no sertão nordestino: uma análise sobre as infâncias que (re)existem. **Rev. Pemo**, Fortaleza, v. 8, 15549, 2026. Disponível em:

<https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/15549>

Recebido em 13 de maio de 2025.

Aceito em 29 de agosto de 2025.

Publicado em 01 de janeiro de 2026.